

à Comissão de
Constituição, Justiça e
Cidadania. Com 2/19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, DE
2019**

Verificação

Altera a Constituição Federal para vedar a reedição de decreto regulamentar sustado pelo Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 49.

.....
Parágrafo único. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de decreto regulamentar sustado nos termos do art. 49, V.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

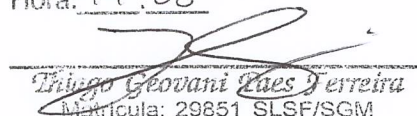
JUSTIFICAÇÃO

A democracia exige, no Brasil como em qualquer país que pretenda um mínimo de estabilidade política, o diálogo e o respeito entre as instituições republicanas.

Esse respeito deve comportar, necessariamente, a seriedade com que um Poder do Estado acata e atende às decisões do outro Poder, designadamente quanto este outro Poder exerce as suas atribuições mais típicas, e próprias.

Recebido em 02 / 07 / 2019

Hora: 19 : 00


Thiago Geovani Zaes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Por conta disso, a Constituição estabelece, com muita pertinência e propriedade, que não pode o Presidente da República reeditar medida provisória rejeitada ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso e prazo, em uma mesma sessão legislativa.

Na mesma senda, e também com o propósito de proteger e preservar as prerrogativas constitucionais mais típicas do Poder Legislativo, a Constituição prevê a possibilidade de o Congresso Nacional sustar as normas de um decreto regulamentar nas quais se vislumbra a exorbitância do Poder regulamentar pelo Poder Executivo, que tem essa competência. Essa medida se realiza mediante a espécie legislativa própria, o projeto de decreto legislativo.

A gravidade dos fatos de que aqui se trata, e a necessária dinâmica da vida política e constitucional brasileira revela a necessidade de que essa alteração da Constituição seja promovida, ainda que não se possa vislumbrar, no próprio texto constitucional em sua forma vigente, que esse comportamento, pela ofensa que traz à democracia, já importa crime político grave.

Hoje, a sociedade brasileira acha-se, em grande medida, assustada com atitudes autoritárias e arbitrárias, que atentam contra a Constituição e contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário, além de constituir evidente desrespeito à cidadania, na manipulação leviana e juridicamente irresponsável da edição e reedição de medida provisória a que o Congresso Nacional negou aprovação, e assim também, na mesma medida, a edição e reedição de decreto regulamentares pelo só fato de o tema achar-se na pauta de votação da Câmara dos Deputados, após ter sido objeto de rejeição pelo Senado, e de constar da pauta de uma sessão plenária do Supremo Tribunal Federal.

Os procedimentos de constituição da pauta do plenário da Câmara dos Deputados sinalizam uma forma de manifestação do sentimento da maioria da sociedade brasileira e revelam o posicionamento do Governo, da Oposição e de independentes, e sua deliberação não pode ser afetada unilateralmente pela decisão unipessoal do eventual ocupante de cadeira do Poder Executivo.

Na mesma senda, a pauta do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle de constitucionalidade, constitui aspecto essencial de um regime democrático, à medida em que a atuação de uma Corte Constitucional deve revelar, no âmbito dessa democracia, os direitos dos indivíduos e das



SF/19707.06264-67

Página: 2/5 02/07/2019 17:56:55

4c5c4025507f53ae5901926ec3c815ea6fe8790a



minorias, papel assinalado pela tradição democrática a Cortes dessa natureza.

Uma e outra não podem ser manipulados ao talante dos interesses de eventuais ocupantes de um cargo Executivo, pelo fato de deter competência para regulamentar uma lei, competência sujeita às normas dessa Lei, ou de editar medida provisória, competência essa sujeita à Constituição, e os limites formas e materiais que dela constam.

A extrema gravidade desses atos, até em face da instabilidade legal e institucional que essas práticas provocam, com efeitos nefastos sobre a cidadania, a economia, o mercado, as relações sociais, os negócios, a vida cotidiana das pessoas, implica na vedação de atitudes dessa natureza, inviabilizando as graves consequências supramencionadas.

Contamos com o apoio dos eminentes Senadores e Senadoras para a apreciação, o aperfeiçoamento e a aprovação desta importante medida.

Sala das Sessões,


Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



SF/19707.06264-67

Página: 3/5 02/07/2019 17:56:55

4c5c4025507f53ae5901926ec3c815ea6fe8790a



PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Ementa: Altera a Constituição Federal para vedar a reedição de decreto regulamentar sustado pelo Congresso Nacional.

Senador(a)	Assinatura
1. Angelo Coronel	
2. TASSIO	
3. EDUARDO GIMES	
4. Jaqueir Wagner	
5. Jucelide Faria	
6. KANJAU	
7. Raulo de Rodrigues	
8. Fernando Costa	
9. Vitor Abreu	
10. MARCOS DO CARVALHO	
11. REGUFFE	
12. Nélson Barros	
13. IZALCI LUCAS	
14. ALESSANDRO NEIRA	
15. LUCAS BARRETO	
16. Paulo Rocha	
17. DARIO BERGER	
18. ORIOVISTO GUIMARÃES	
19. Humberto	
20. Alvaro Dias	
21. Manoel do Carmo	
22. Confúcio Moura	



SF/19707.06264-67

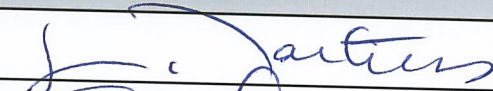
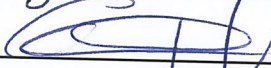

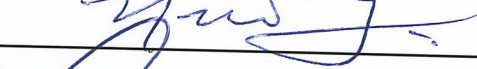


Página: 4/5 02/07/2019 17:56:55

4c5c4025507f53ae5901926ec3c815ea6fe8790a



PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Ementa: Altera a Constituição Federal para vedar a reedição de decreto regulamentar sustado pelo Congresso Nacional.

	Senador(a)	Assinatura
OK	23. LASIER	
OK	24. STYCKEN VOLTEN	
OK	25. E. AMIN	
OK	26. primo Mello	
OK	27. Legião Mariana	
OK	28. Domínio São	
OK	29. Rogério Carvalho	
OK	30. Leandro Brasil	
OK	31. Dr. Omar Aziz	
OK	32. Marcelo	



SF/19707.06264-67

Página: 5/5 02/07/2019 17:56:55

4c5c4025507f53ae5901926ec3c815ea6fe8790a

